

Boletim Informativo | n. 38 | jun. 2023

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de
Planejamento no SUS | CGPS

Coordenação da Gestão dos Instrumentos de
Planejamento no SUS | COGINP

DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	17
Referências	38

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde, conselho de saúde e fundo de saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative

Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3442
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

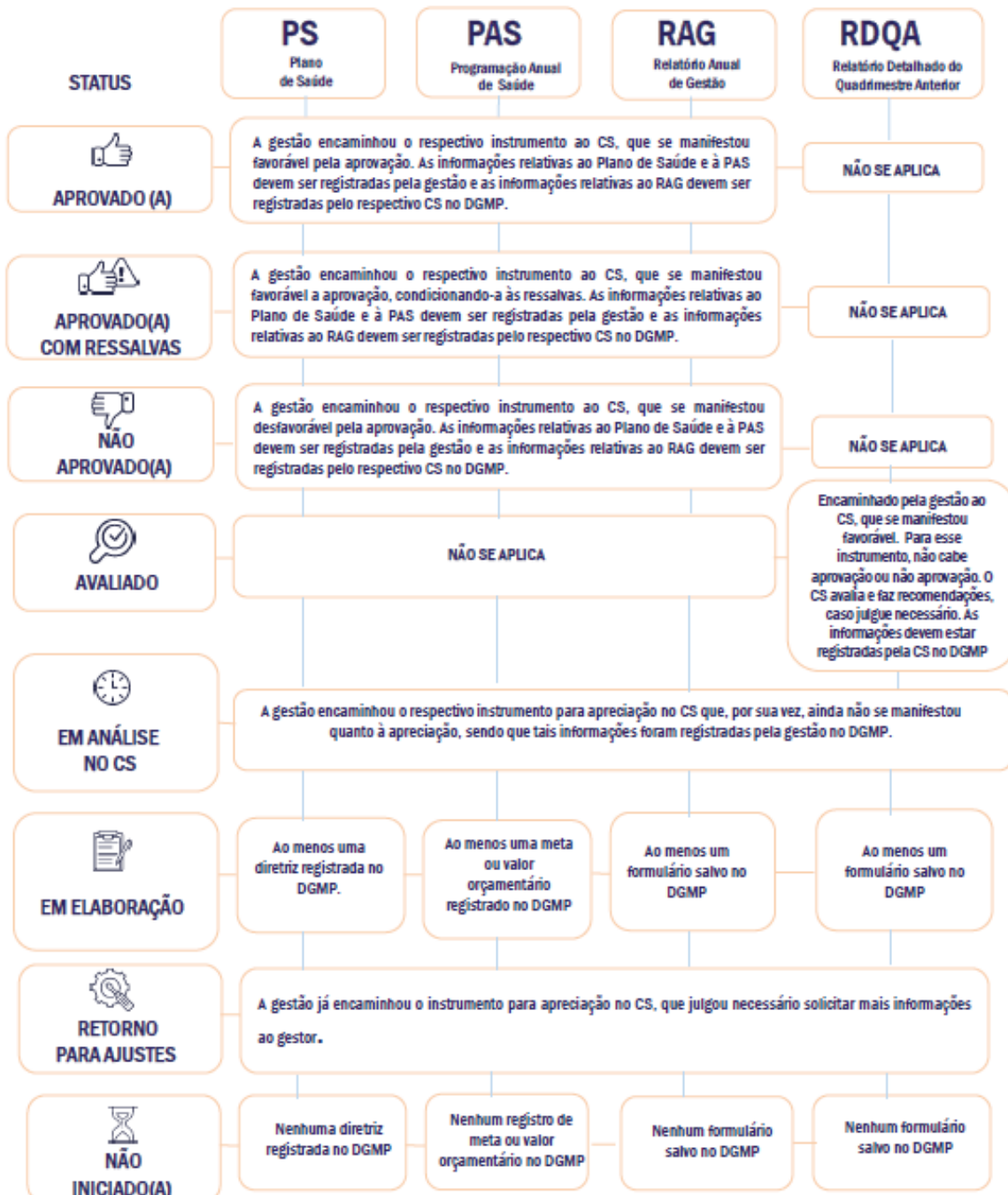
Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Jardênia Marçal Rosa
Luiza Maria Pereira Schaidt
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS *STATUS* NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

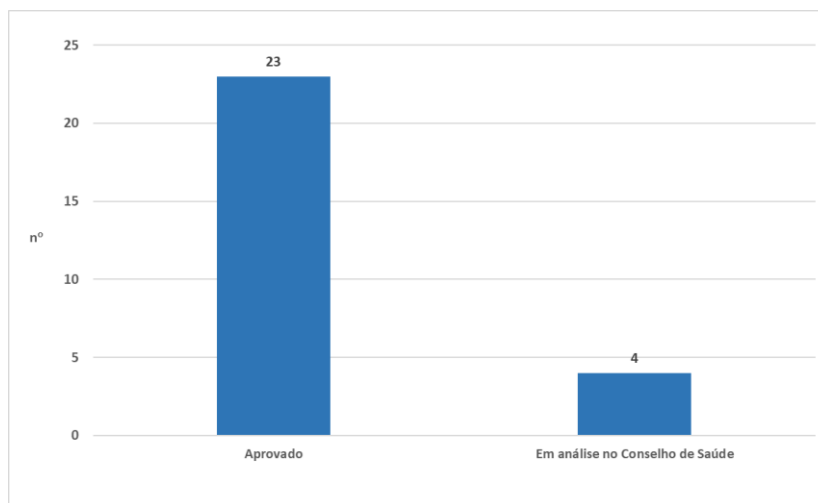


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos planos de saúde.

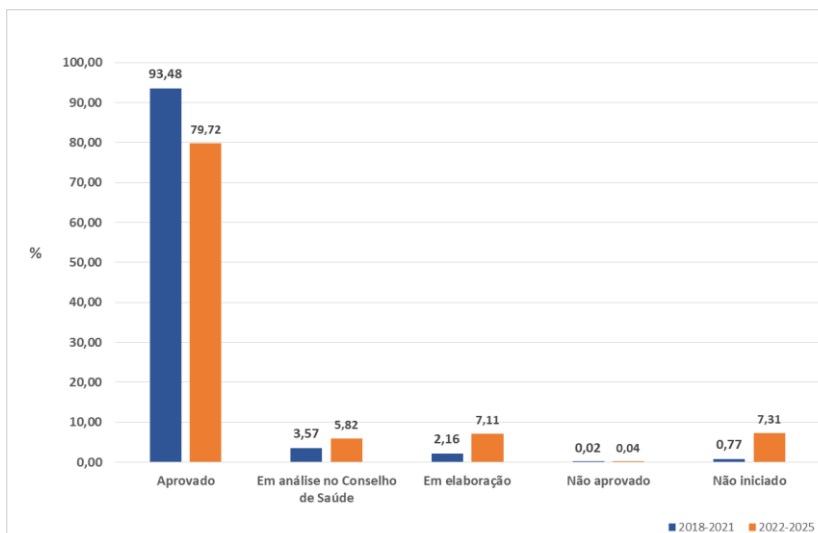
Gráfico 1 – Número de das unidades federativas que registraram o plano de saúde no DGMP , segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Com relação aos municípios, observa-se pelo gráfico 2 que a maior parte está com os planos de saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 199 municípios (2018-2021) e 324 municípios (2022-2025) estão com seus planos de saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

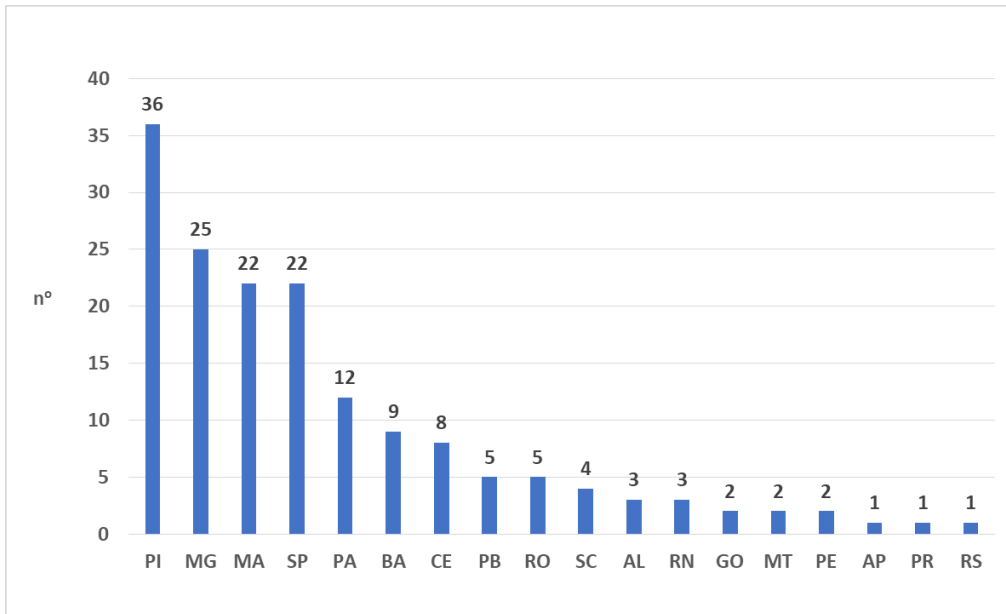
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado). São 163 municípios (2018-2021), distribuídos por 18 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (36), Minas Gerais (25), São Paulo (22) e Maranhão (22), conforme gráfico 3.

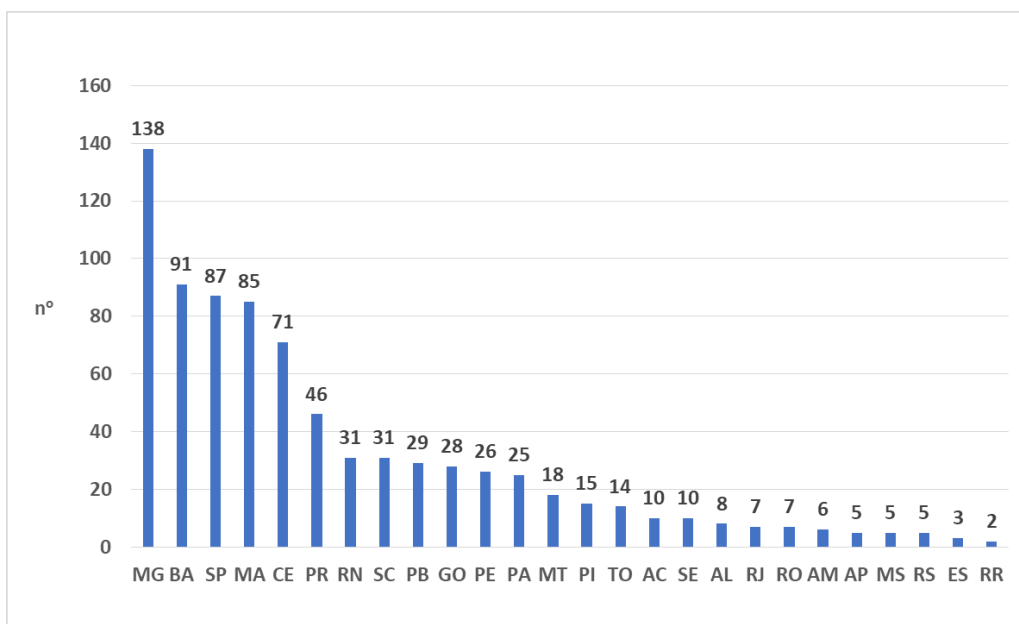
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 803 municípios que não inseriram o plano de saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado).

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o plano de saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

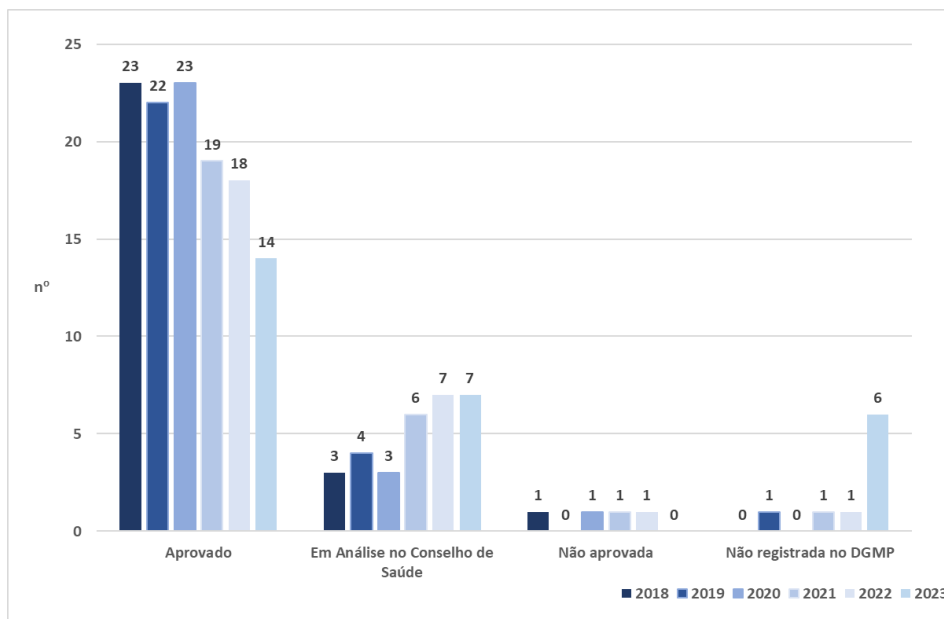


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, excetuando-se o ano de 2023: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (26), 2022 (26) e 2023 (21). Seis estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019, 2021 e 2022 (um estado em cada ano).

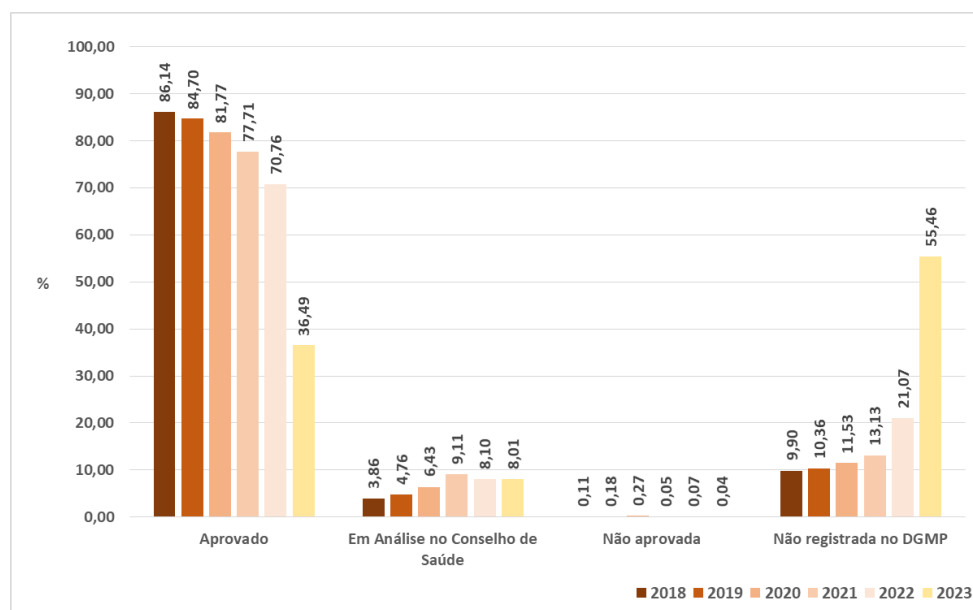
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no gráfico 6: 2018 (90,10%), 2019 (89,64%), 2020 (88,47%), 2021 (86,87%), 2022 (78,93%) e 2023 (44,54%).

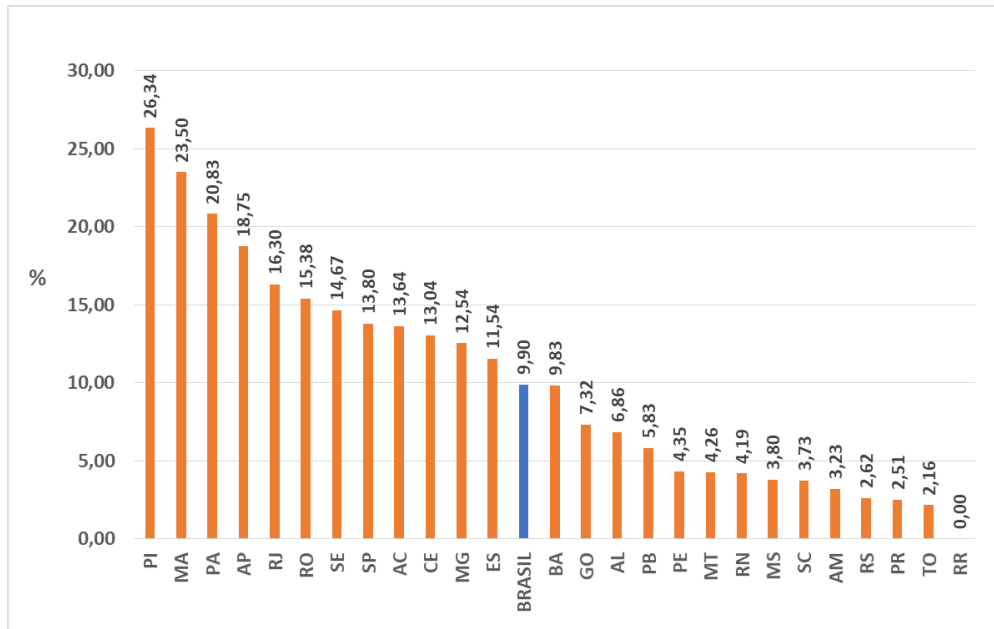
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 10% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (26,34% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 7.

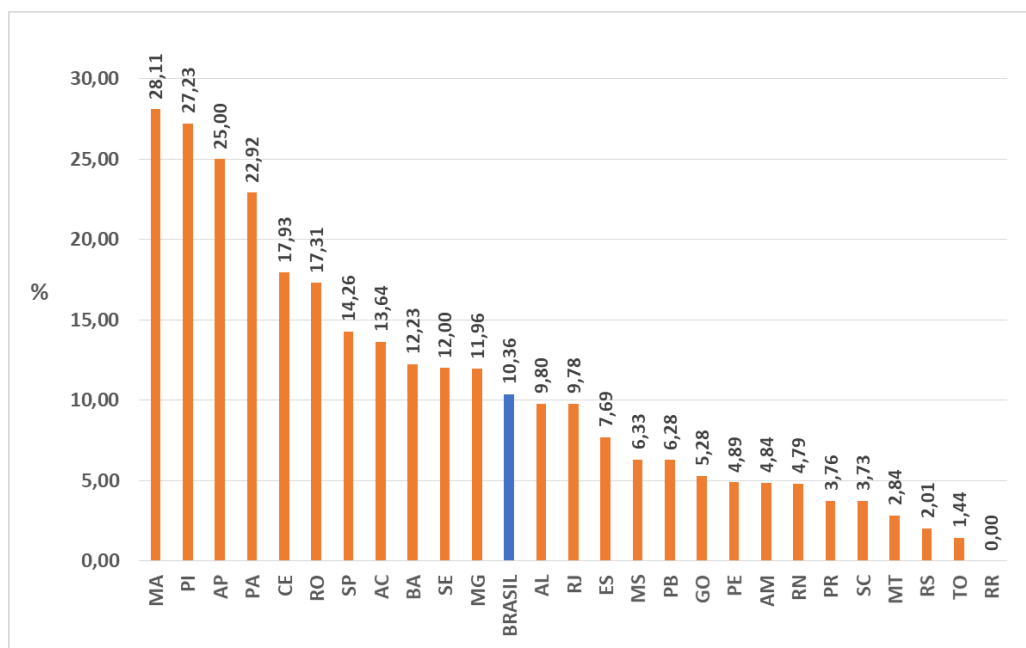
Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2018 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (28,11%). A proporção para todo o país foi de 10,36%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

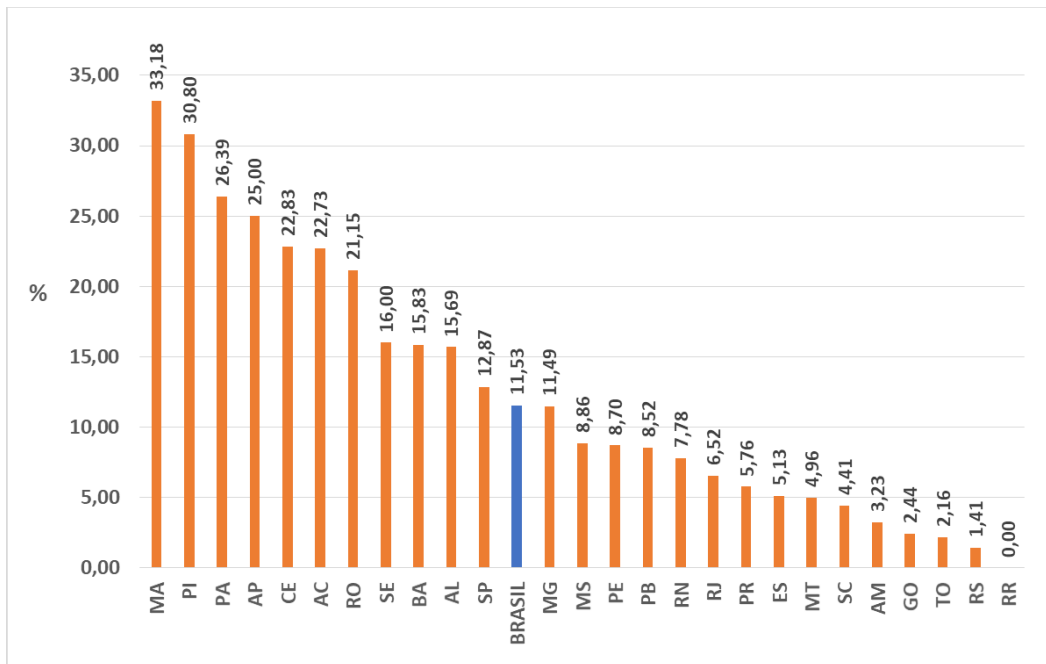
Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2019 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (33,18%). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

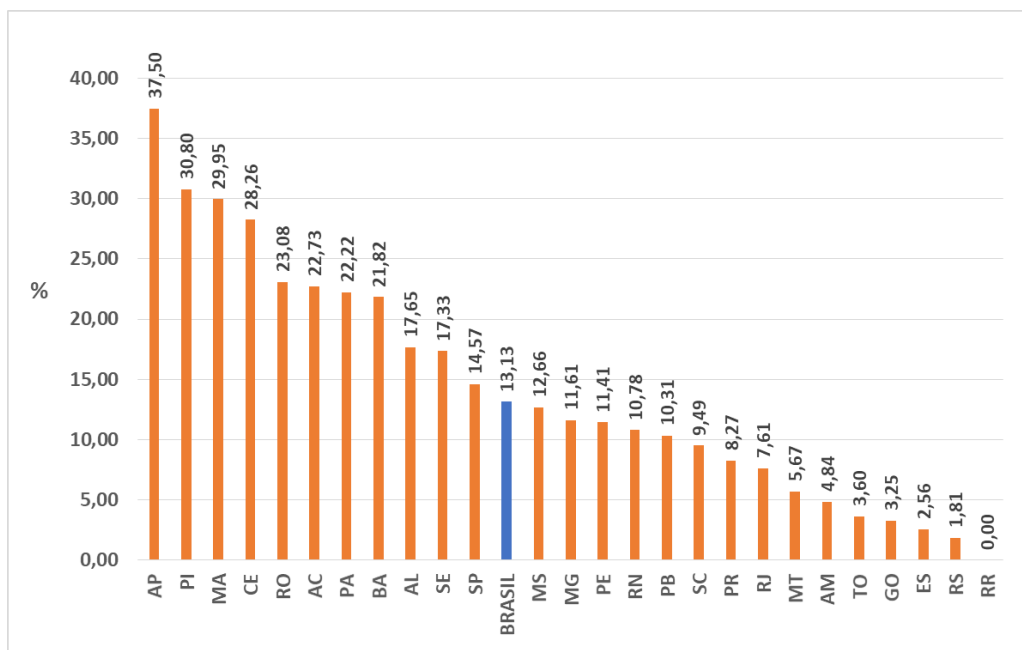
Gráfico 9 - Proporção de municípios que não registraram a PAS 2020 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

No referente à PAS 2021, conforme gráfico 10, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fizeram o registro no DGMP (37,50%)

Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2021 no DGMP, segundo estado

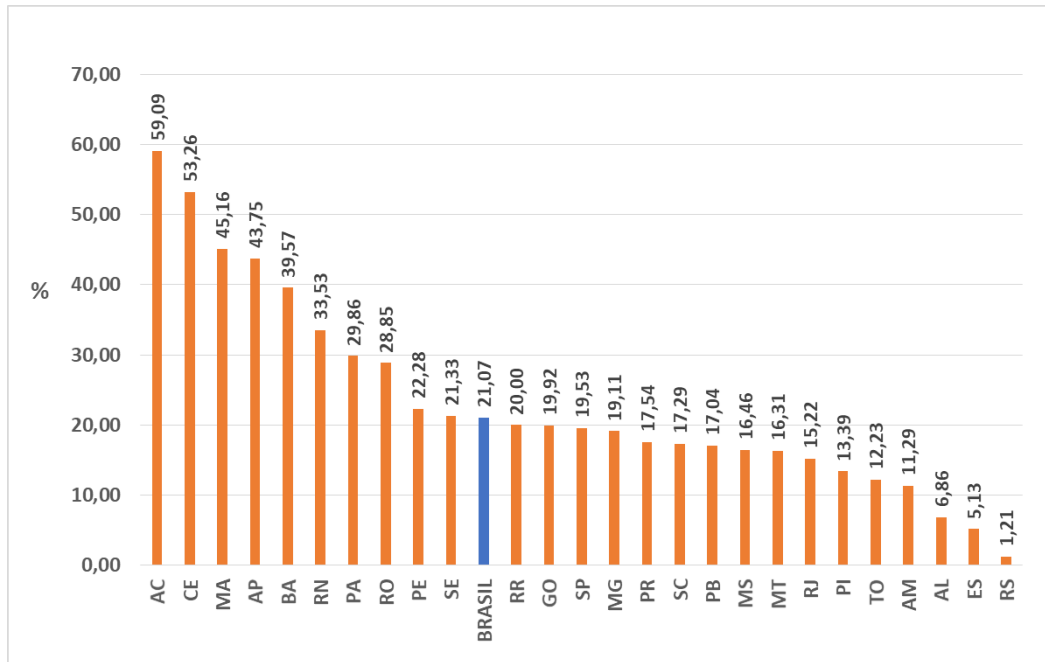


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Segundo gráfico 11, para a PAS 2022, cerca de 59% dos municípios do estado do Acre não tinham registrado esse

instrumento no DGMP.

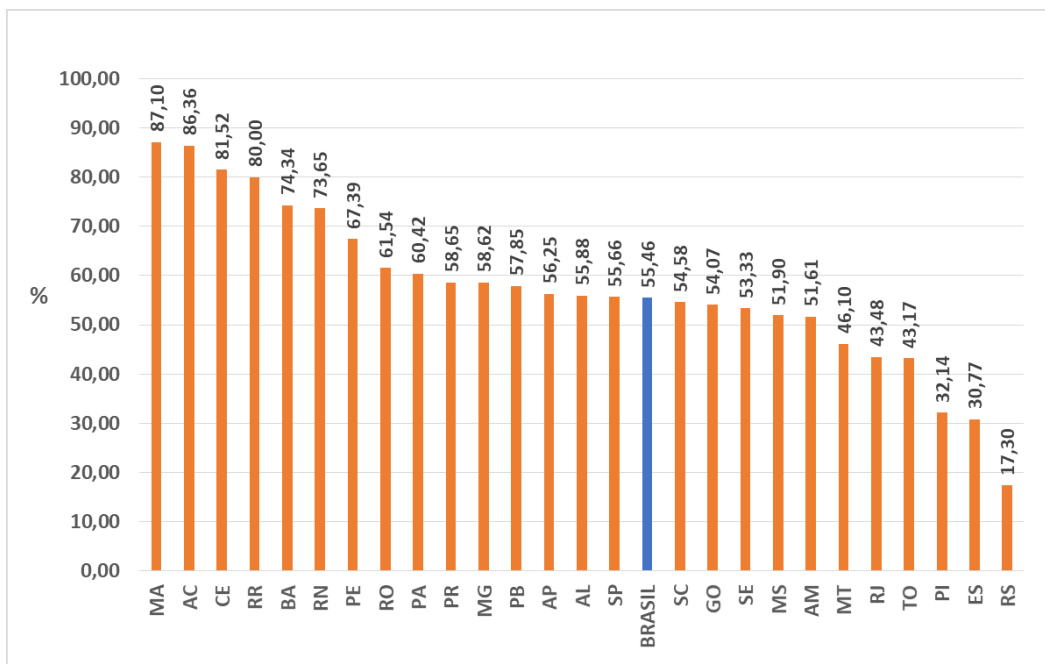
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

No tocante ao ano de 2023, cerca de 87% dos municípios do estado Maranhão não tinham realizado o registro no DGMP (gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 3.256 municípios (58,48% do total de municípios brasileiros), possuem pendências quanto ao registro, que representa uma decréscimo de 10,48% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (3.637 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com uma pendência de registro em um dos anos, totalizando 1.730 municípios (53,13%), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 715 municípios (21,96% do total de municípios com pendências), não registraram duas programações; 250 municípios não registraram três programações (7,68% do total de municípios com pendências); 187 municípios não registraram quatro programações (5,74% do total de municípios com pendências); 140 municípios não registraram cinco programações (4,30% do total de municípios com pendências) e 234 municípios não registraram seis programações (7,19% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) e os Relatórios Anuais de Gestão (RAG) somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício. Portanto, os entes que não registraram a PAS no DGMP, também estão com pendências nos referidos relatórios.

A tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023.

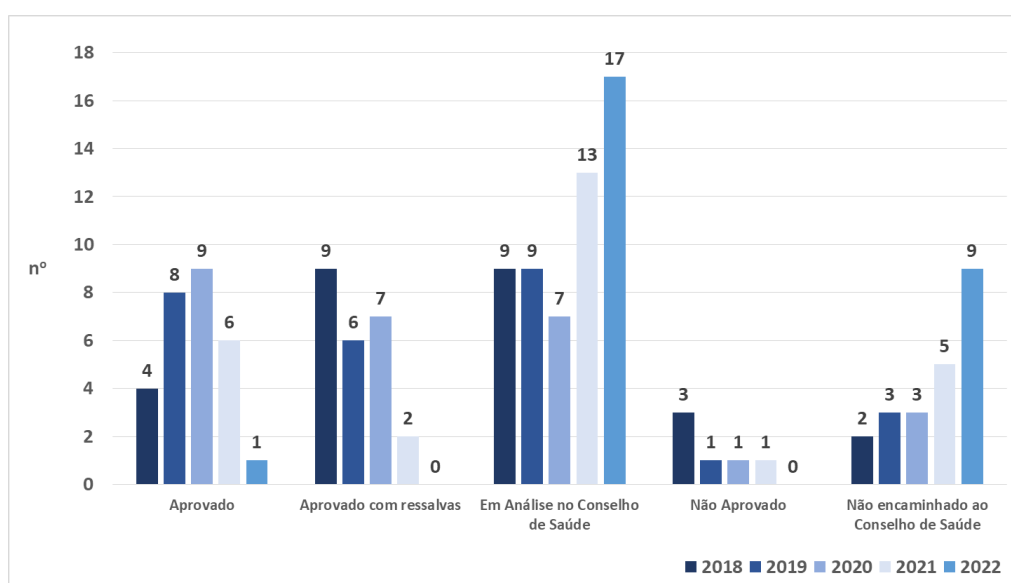
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Uma	Duas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	6	8	0	2	0	3	19	22	86,36
AL	34	5	13	3	4	0	59	102	57,84
AM	24	5	0	0	3	0	32	62	51,61
AP	3	3	1	1	1	2	11	16	68,75
BA	132	101	31	13	13	30	320	417	76,74
CE	51	52	11	10	9	21	154	184	83,70
ES	18	5	4	1	1	0	29	78	37,18
GO	77	38	10	8	0	2	135	246	54,88
MA	72	42	18	18	10	34	194	217	89,40
MG	297	107	39	31	19	37	530	853	62,13
MS	24	11	4	1	1	2	43	79	54,43
MT	40	19	2	0	1	4	66	141	46,81
PA	34	20	5	7	10	16	92	144	63,89
PB	87	20	9	5	4	7	132	223	59,19
PE	78	26	7	9	4	2	126	184	68,48
PI	24	12	19	24	15	14	108	224	48,21
PR	164	43	9	12	6	5	239	399	59,90
RJ	23	17	5	2	1	1	49	92	53,26
RN	66	40	6	8	1	4	125	167	74,85
RO	14	6	4	4	3	3	34	52	65,38
RR	9	3	0	0	0	0	12	15	80,00
RS	83	9	4	2	2	0	100	497	20,12
SC	105	32	15	4	3	5	164	295	55,59
SE	22	6	2	2	7	3	42	75	56,00
SP	201	73	29	19	21	38	381	645	59,07
TO	42	12	3	1	1	1	60	139	43,17
BRASIL	1.730	715	250	187	140	234	3.256	5.568	58,48

Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (25), 2019 (24), 2020 (24) e 2021 (22) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme gráfico 13. Nove unidades federativas não enviaram o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018 (dois estados), 2019 e 2020 (três estados em cada ano) e 2021 (cinco estados).

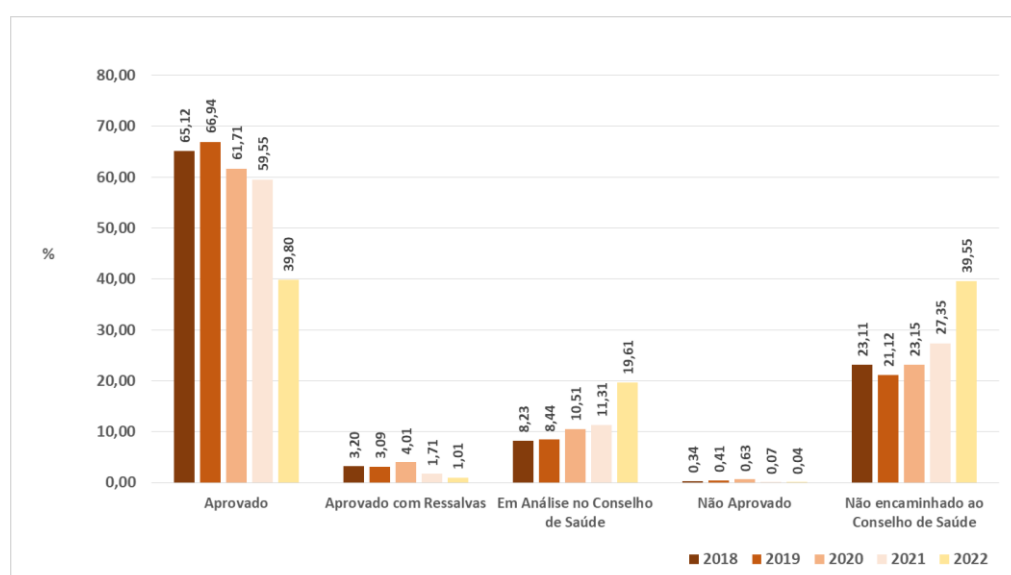
Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, mais de 70% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (76,89%), RAG 2019 (78,88%) RAG 2020 (76,85%) e RAG 2021 (72,65%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 60,45%, conforme gráfico 14.

Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

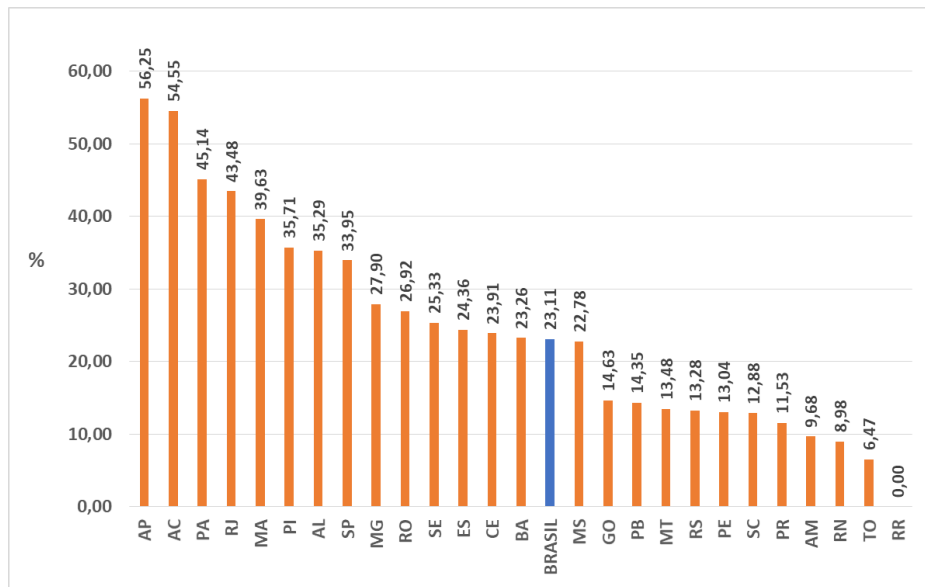


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 23,11% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi verificada no estado do Amapá (56,25% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 15.

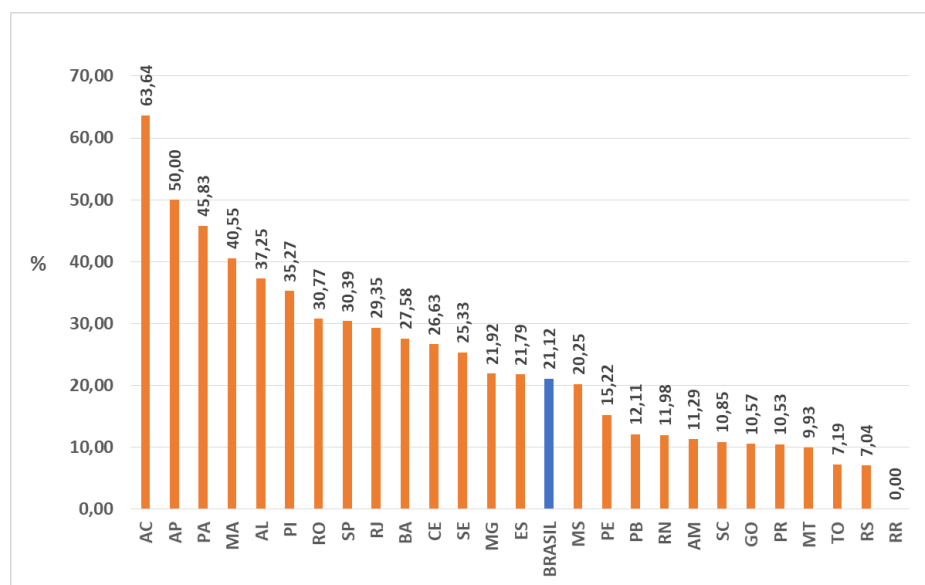
Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Para o ano 2019, a proporção municípios que não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (21,12%) foi um pouco menor em relação à proporção do ano anterior (23,11%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (63,64% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no gráfico 16.

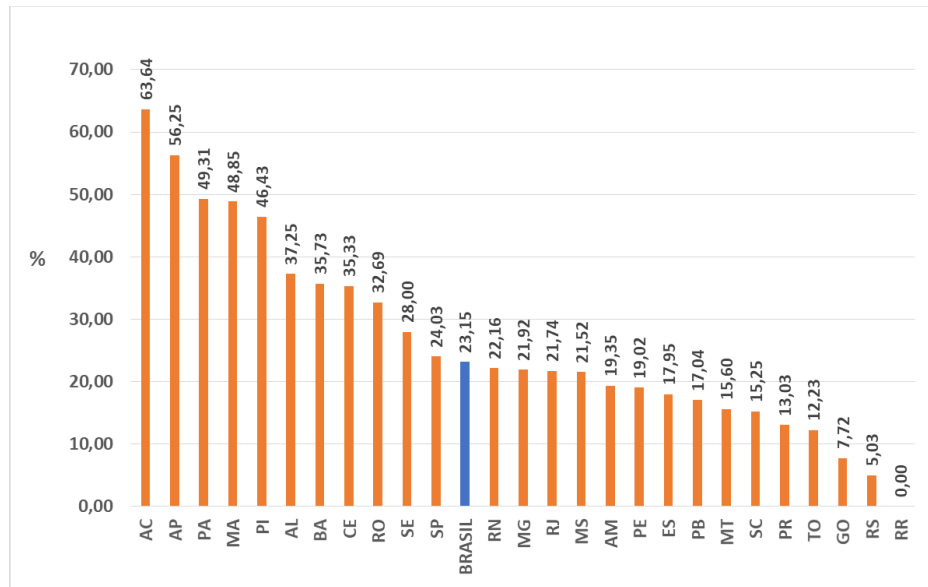
Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Mesmo comportamento foi observado para o ano de 2020. O estado do Acre apresentou a maior proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o país, esse percentual foi de 63,64% (gráfico 17).

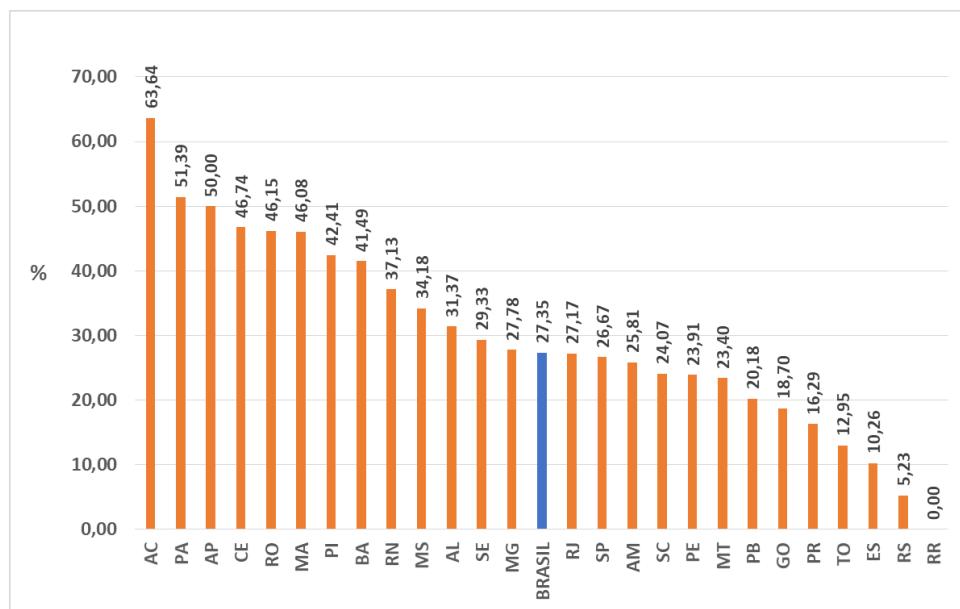
Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 27,35%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 22,46%. Assim, houve em 2021 um incremento de 4,89 pontos nas pendências em relação a média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no gráfico 18.

Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



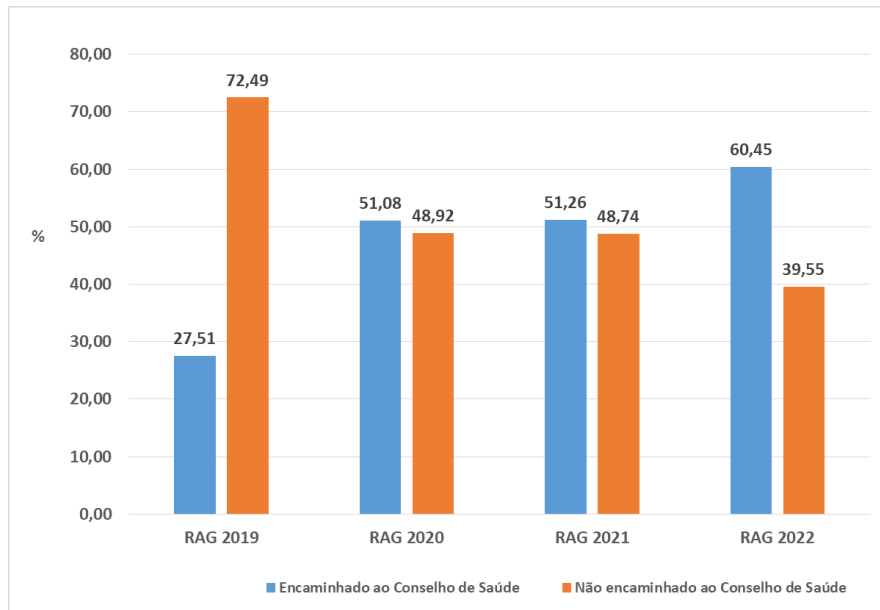
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

A análise sobre a entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que a primeira apuração realizada para o ano de 2022 foi realizada no final de março.

Entretanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com RAG 2019, RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminharam o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde no até o final de junho de cada ano.

Nesse contexto, observa-se um melhor desempenho para a propoção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém, percebe-se uma grande proporção de pendências (gráfico 19).

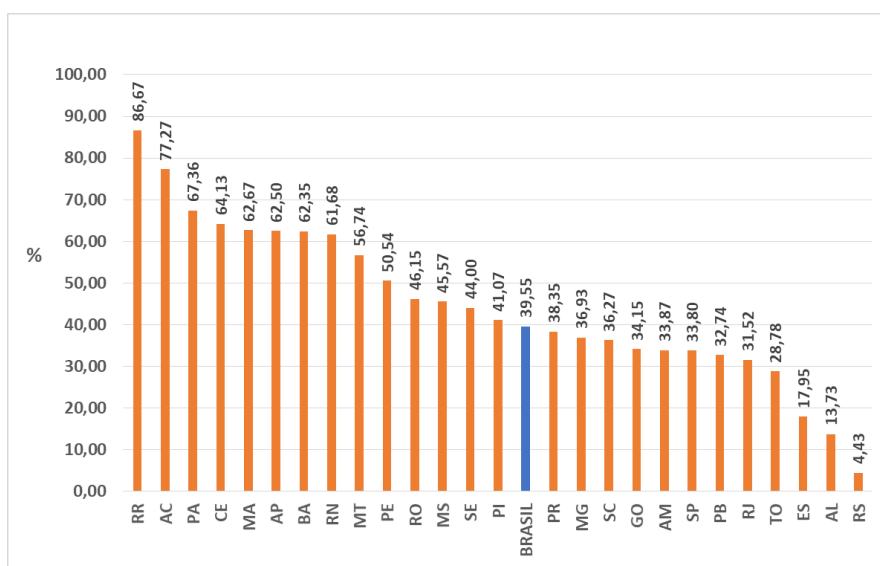
Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios de para análise no conselho de saúde (2020, 2021 e 2022)



Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2020 (RAG 2019); 30/06/2021 (RAG 2020); 30/06/2022 (RAG 2021) e 30/06/2023 (RAG 2022)

Abaixo, no gráfico 20, são apresentadas as propoções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado de Roraima (86,67% dos municípios).

Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Sobre a série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 2.912 municípios (52,30% do total de municípios brasileiros), possuem pendências, que representa uma decréscimo de 6,25% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (3.106 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 1.119 municípios (38,40%), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 538 municípios (18,48% do total de municípios com pendências), não enviaram o RAG em dois anos; 362 municípios (12,43% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em três anos; 269 municípios (9,24% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em quatro anos e 624 municípios (21,43% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em cinco anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

Tabela 2 – Número de municípios com pendências envio do RAG para apreciação no conselho de saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022.

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	3	1		4	10	18	22	81,82
AL	11	12	9	19	4	55	102	53,92
AM	13	3	7	3	2	28	62	45,16
AP	5	0	2	2	5	14	16	87,50
BA	105	44	43	28	72	292	417	70,02
CE	38	25	20	6	38	127	184	69,02
ES	14	10	4	4	2	34	78	43,59
GO	51	28	12	7	8	106	246	43,09
MA	42	21	22	19	58	162	217	74,65
MG	172	105	57	39	91	464	853	54,40
MS	20	10	1	4	11	46	79	58,23
MT	48	15	6	3	12	84	141	59,57
PA	26	12	13	11	48	110	144	76,39
PB	34	24	9	4	18	89	223	39,91
PE	57	9	9	8	18	101	184	54,89
PI	37	15	23	21	46	142	224	63,39
PR	97	23	19	12	22	173	399	43,36
RJ	19	12	9	4	11	55	92	59,78
RN	55	28	13	8	11	115	167	68,86
RO	10	3	1	4	12	30	52	57,69
RR	13	0	0	0	0	13	15	86,67
RS	57	23	10	9	1	100	497	20,12
SC	58	26	12	8	23	127	295	43,05
SE	14	5	4	2	14	39	75	52,00
SP	95	77	48	38	83	341	645	52,87
TO	25	7	9	2	4	47	139	33,81
BRASIL	1.119	538	362	269	624	2.912	5.568	52,30

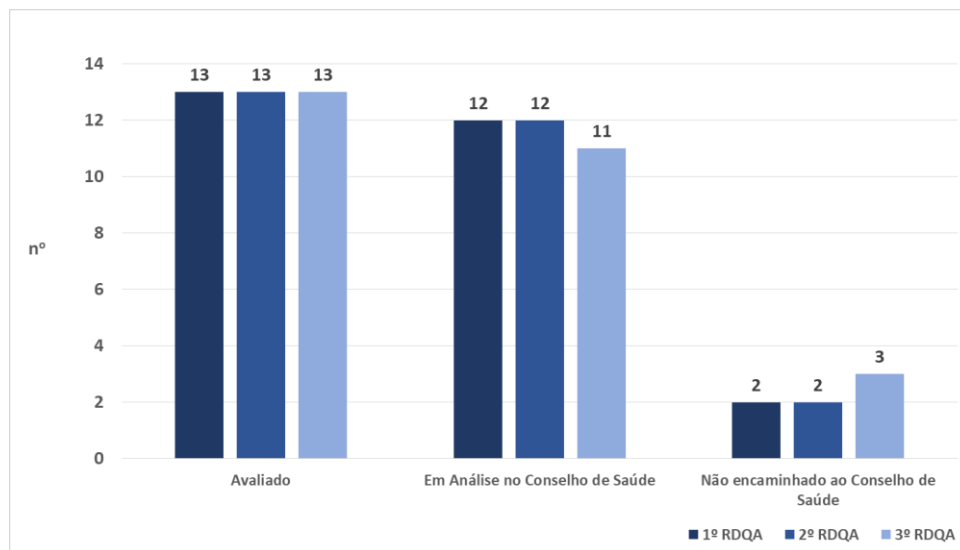
Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 21.

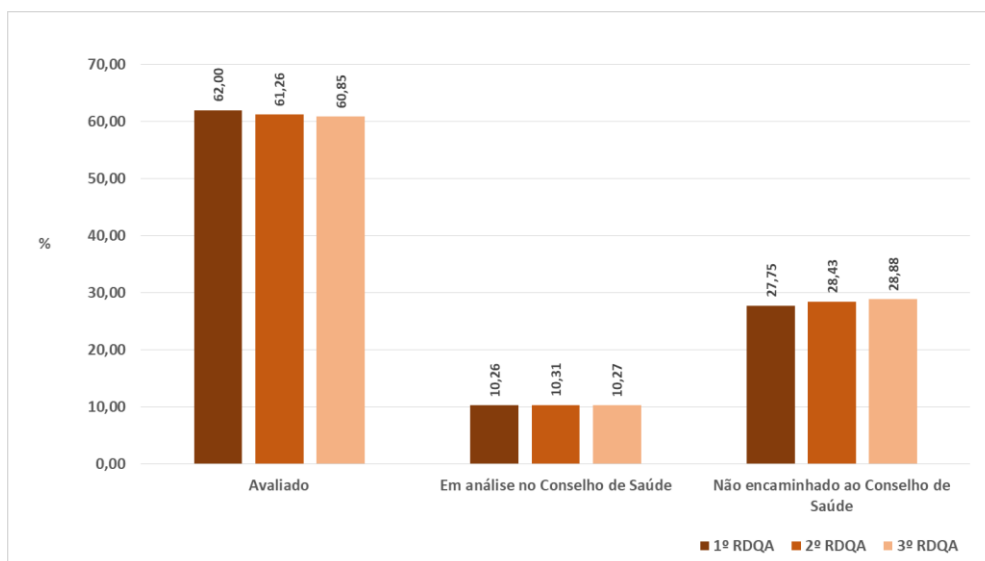
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 71,65% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 28,35% estão pendentes. O gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

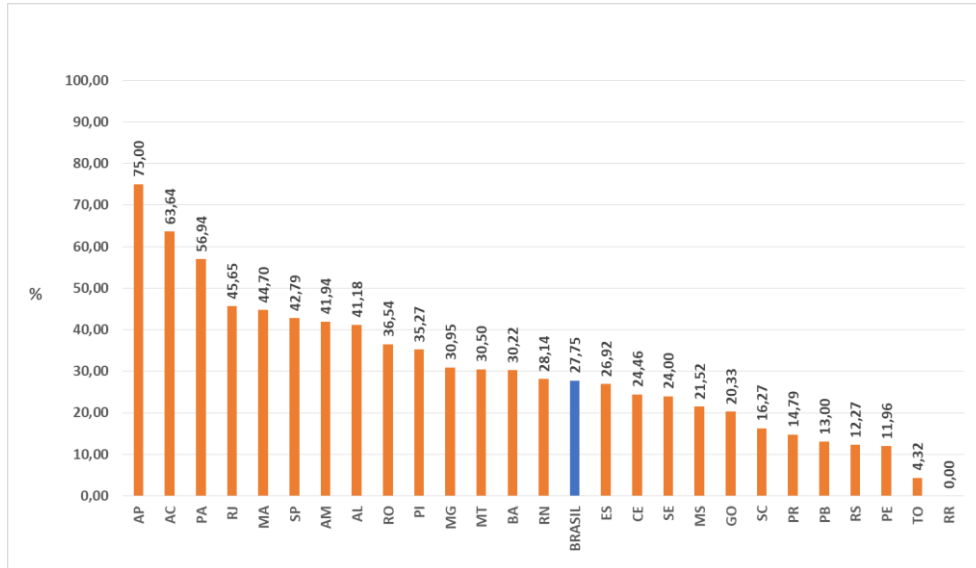
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

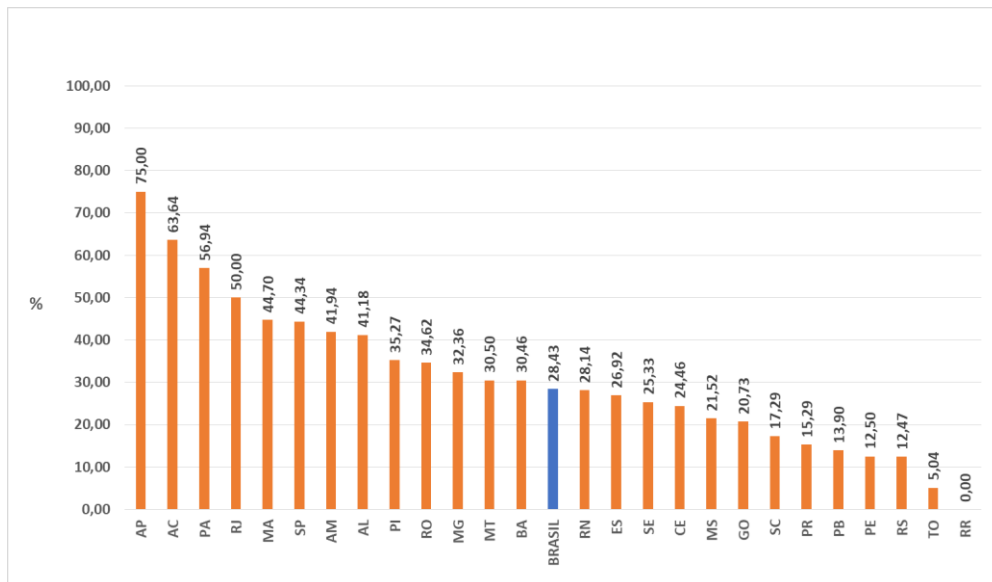
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 23, 24 e 25).

Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



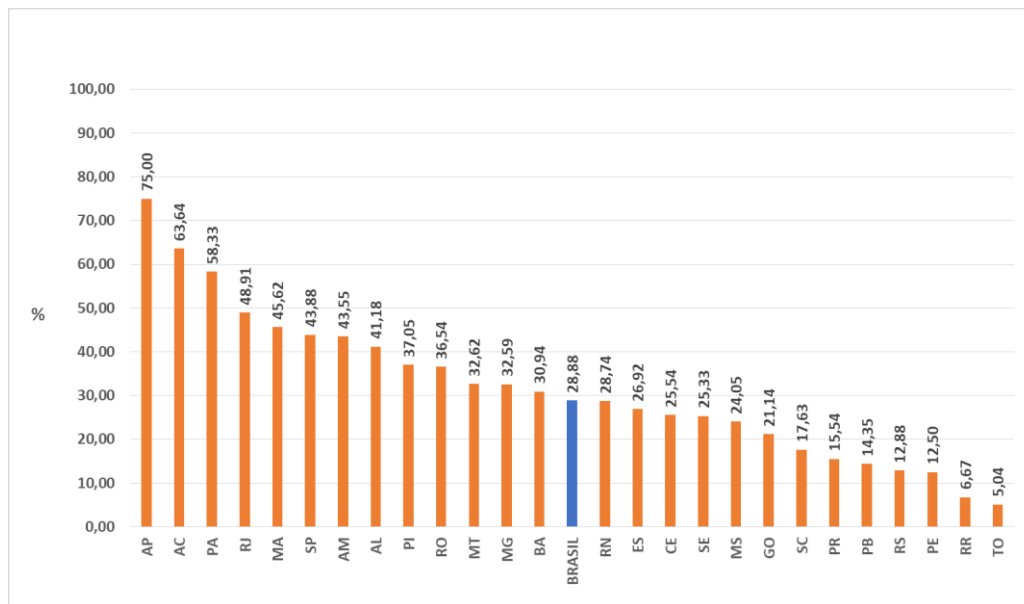
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Um total de 1.631 municípios não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde (29,29% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 1,63% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (1.659 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.526 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2018 (93,56% de todos municípios pendentes); 53 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2018 (3,25% de todos municípios pendentes) e 52 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2018 (3,19% de todos municípios pendentes). A tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

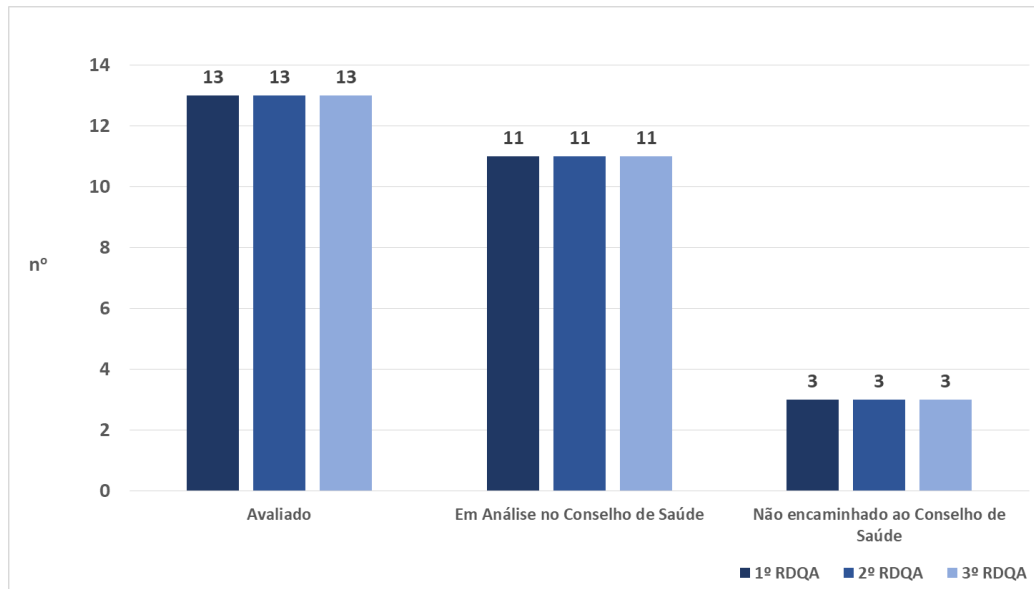
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	14	14	22	63,64
AL	0	0	42	42	102	41,18
AM	1	0	26	27	62	43,55
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	4	3	124	131	417	31,41
CE	3	1	44	48	184	26,09
ES	0	0	21	21	78	26,92
GO	1	1	50	52	246	21,14
MA	4	2	95	101	217	46,54
MG	8	12	262	282	853	33,06
MS	2	0	17	19	79	24,05
MT	2	2	42	46	141	32,62
PA	2	0	82	84	144	58,33
PB	1	2	29	32	223	14,35
PE	0	1	22	23	184	12,50
PI	5	1	78	84	224	37,50
PR	4	5	56	65	399	16,29
RJ	1	3	42	46	92	50,00
RN	1	0	47	48	167	28,74
RO	2	0	18	20	52	38,46
RR	1	0	0	1	15	6,67
RS	2	1	61	64	497	12,88
SC	2	4	47	53	295	17,97
SE	0	1	18	19	75	25,33
SP	6	13	271	290	645	44,96
TO	0	1	6	7	139	5,04
BRASIL	52	53	1.526	1.631	5.568	29,29

Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

RDQA de 2019

Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 26.

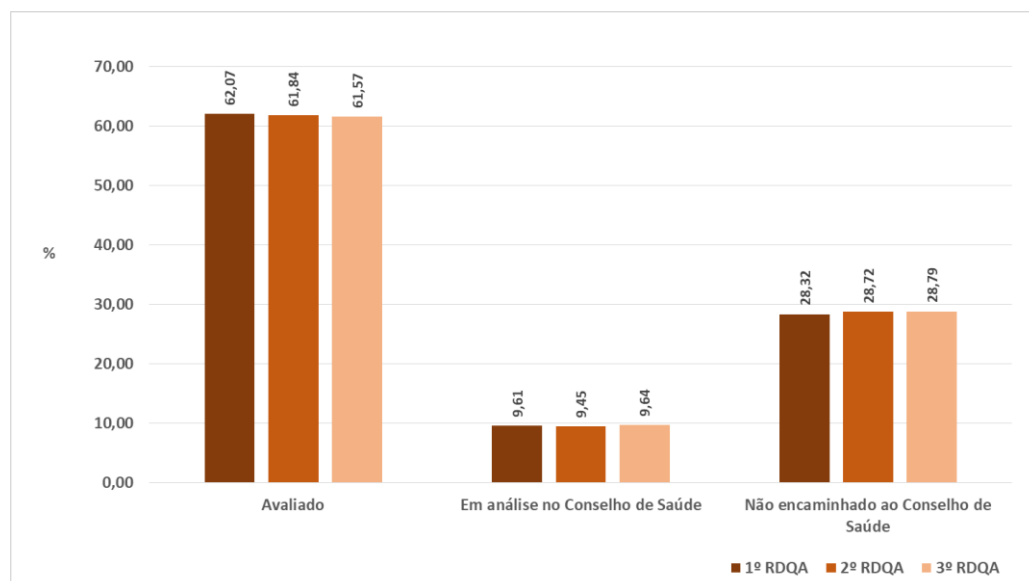
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019; 71,39% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 28,61% estão pendentes. O gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

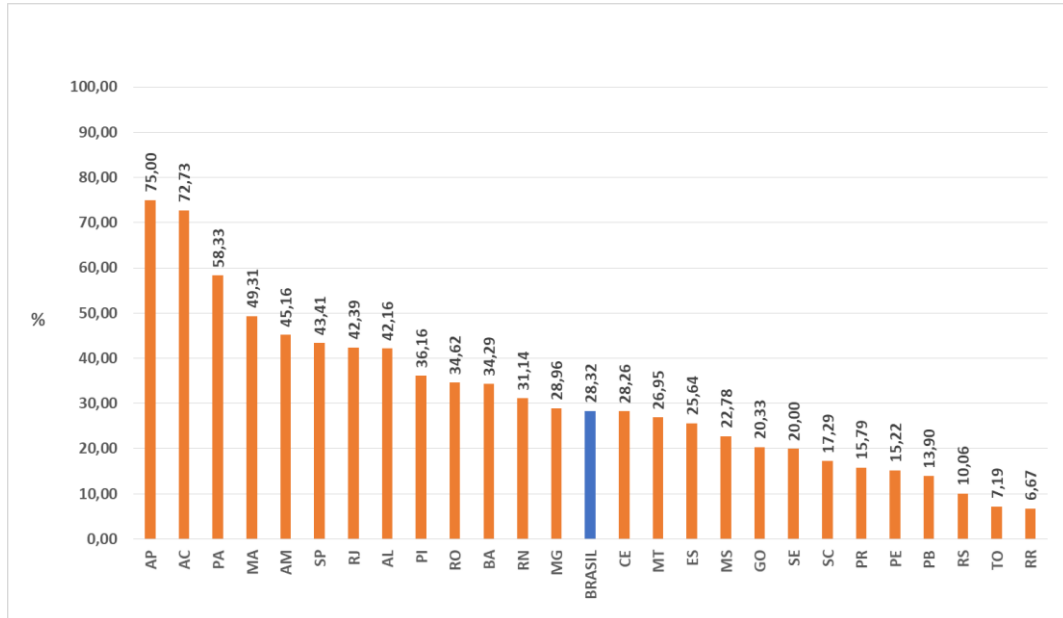
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

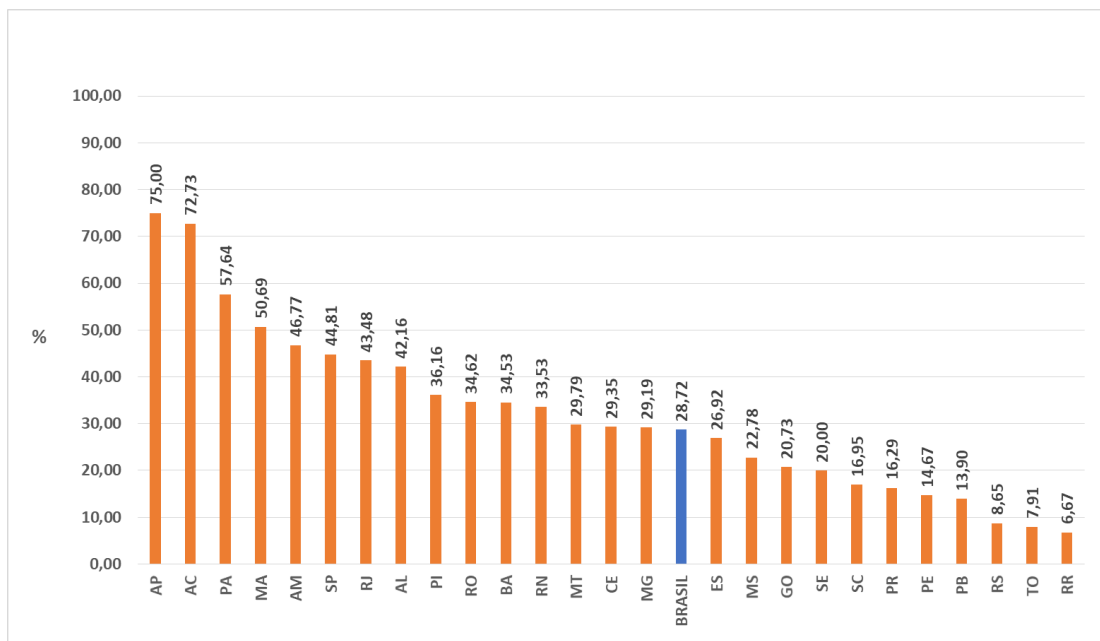
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



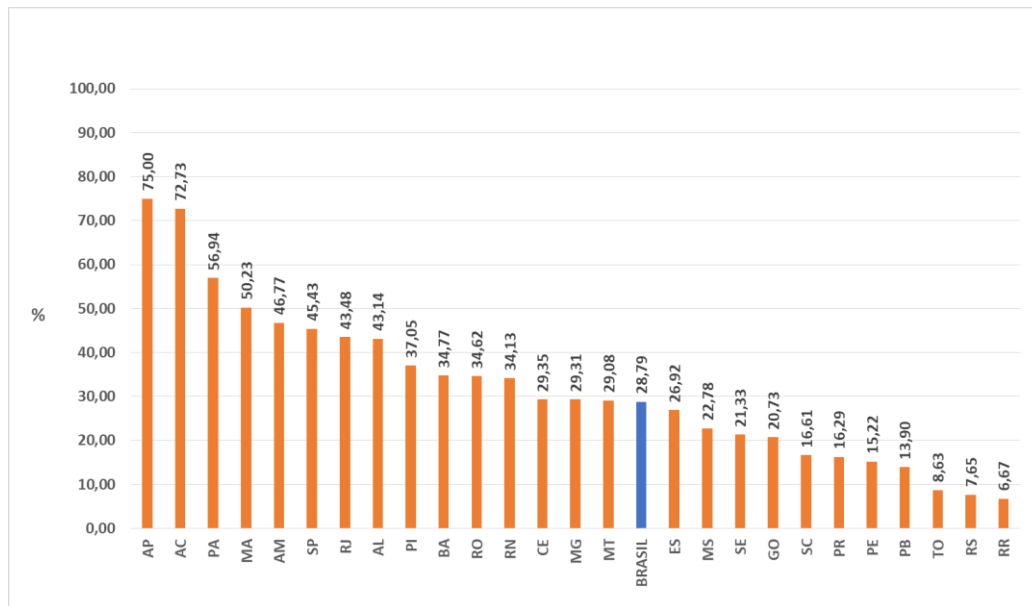
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.644 (29,53% de todos os municípios brasileiros), que representa um decréscimo de 1,79% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (1.674 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.538 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2019 (93,55% de todos municípios pendentes); 59 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2019 (3,59% de todos municípios pendentes) e 47 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2019 (2,86% de todos municípios pendentes). A tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

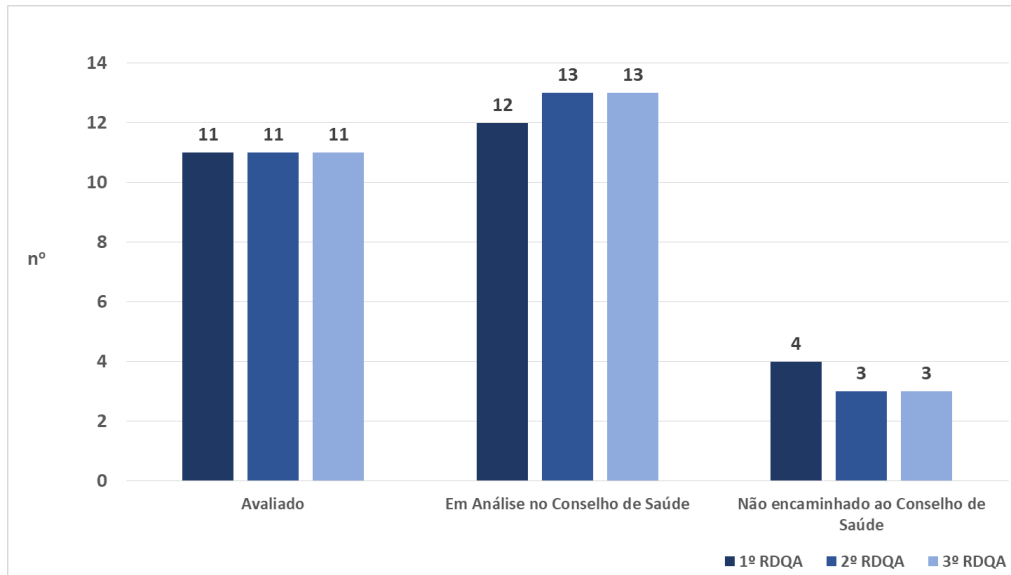
UF	Quantidade de RDQA 2019 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	16	16	22	72,73
AL	1	0	43	44	102	43,14
AM	0	1	28	29	62	46,77
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	2	5	140	147	417	35,25
CE	0	2	52	54	184	29,35
ES	0	1	20	21	78	26,92
GO	0	1	50	51	246	20,73
MA	0	4	106	110	217	50,69
MG	9	10	239	258	853	30,25
MS	0	0	18	18	79	22,78
MT	1	3	38	42	141	29,79
PA	2	2	81	85	144	59,03
PB	0	0	31	31	223	13,90
PE	2	0	27	29	184	15,76
PI	2	0	81	83	224	37,05
PR	3	2	62	67	399	16,79
RJ	1	2	38	41	92	44,57
RN	1	4	52	57	167	34,13
RO	0	0	18	18	52	34,62
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	12	7	35	54	497	10,87
SC	2	2	48	52	295	17,63
SE	1	0	15	16	75	21,33
SP	6	11	278	295	645	45,74
TO	2	2	9	13	139	9,35
BRASIL	47	59	1.538	1.644	5.568	29,53

Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

RDQA de 2020

Quatro unidades federativas não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, enquanto três estavam pendentes com relação ao 2º e ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 31.

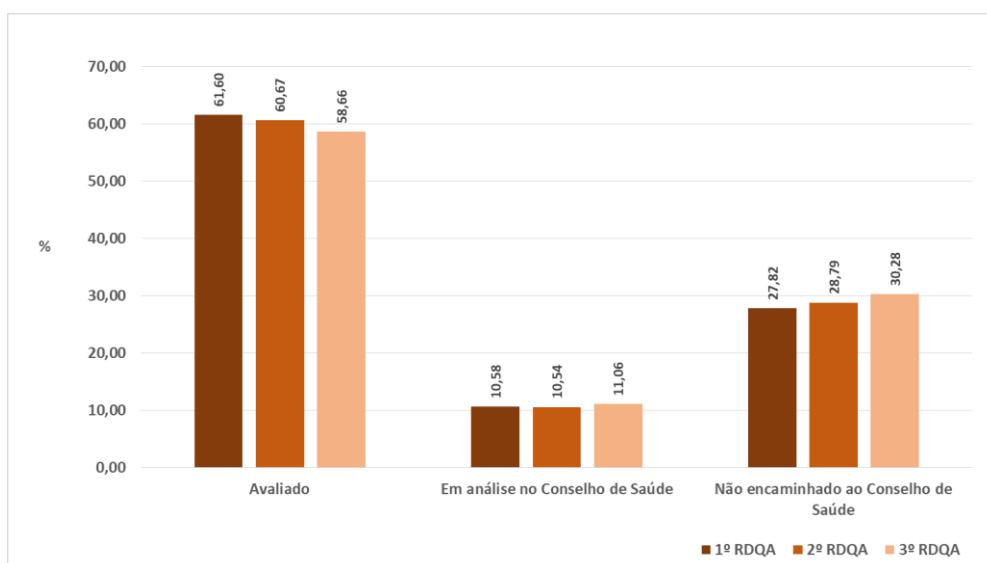
Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Em relação aos municípios, a média dos que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 71,04%, conseqüentemente, a média de inadimplência foi de 28,96%. O gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

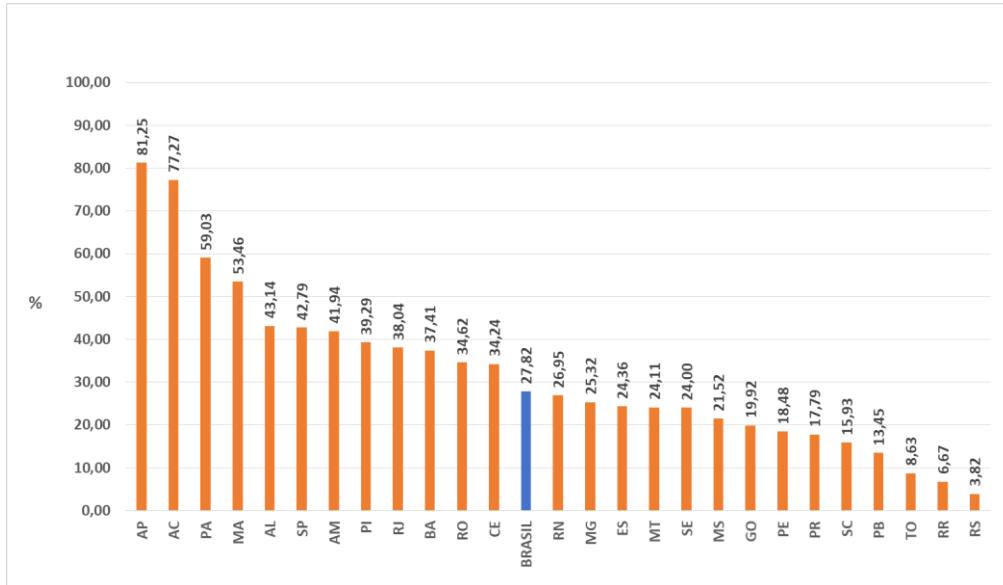
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

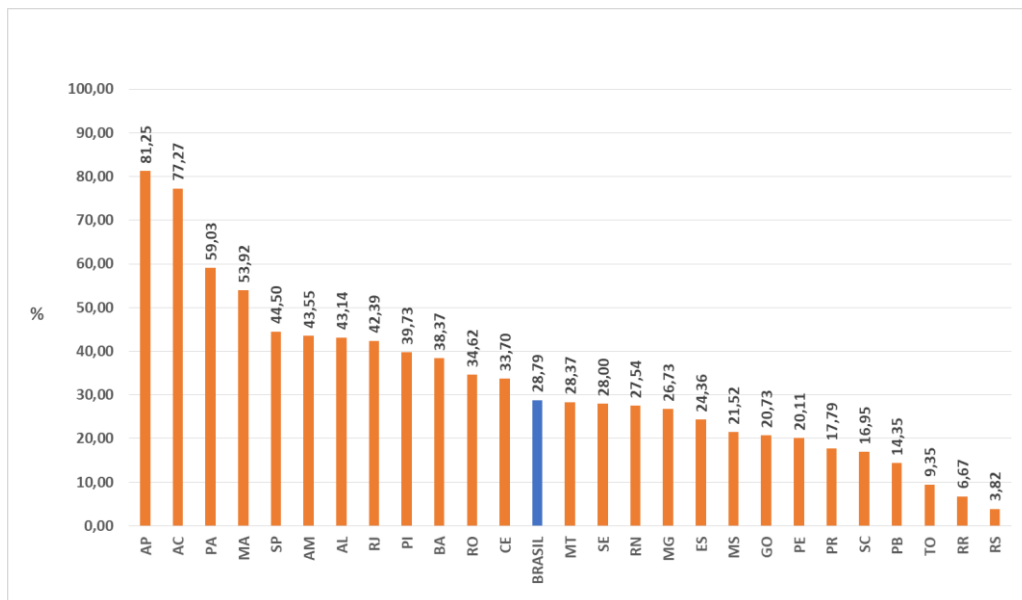
Sobre os municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 33, 34 e 35).

Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



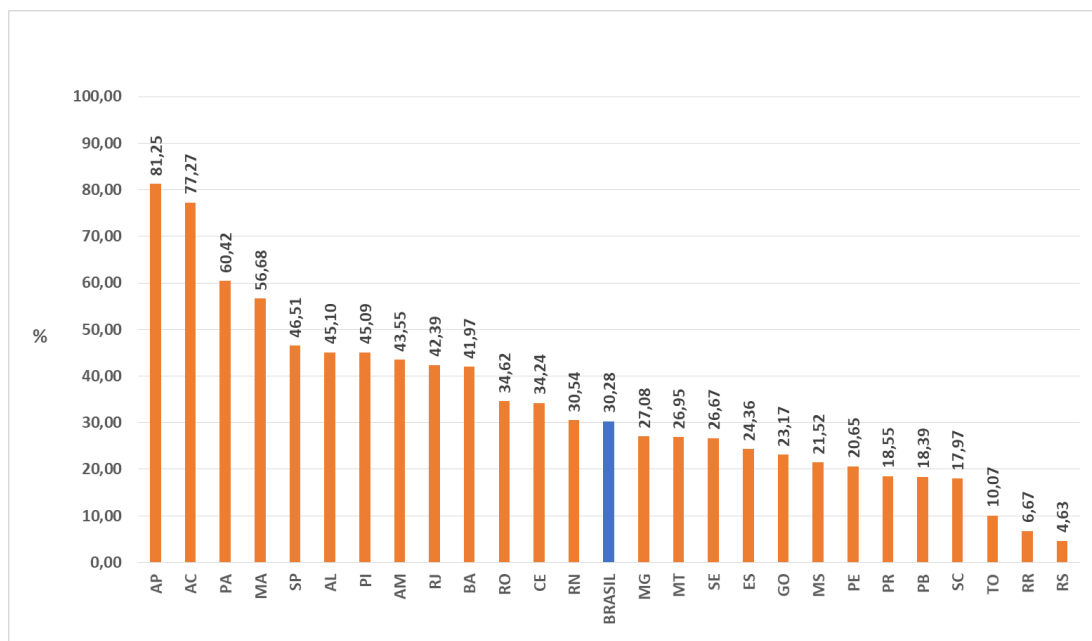
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.741 (31,27% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 1,75% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (1.772 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.505 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2020 (86,44% de todos municípios pendentes); 87 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2020 (5,00% de todos municípios pendentes) e 149 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2020 (8,56% de todos municípios pendentes). A tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

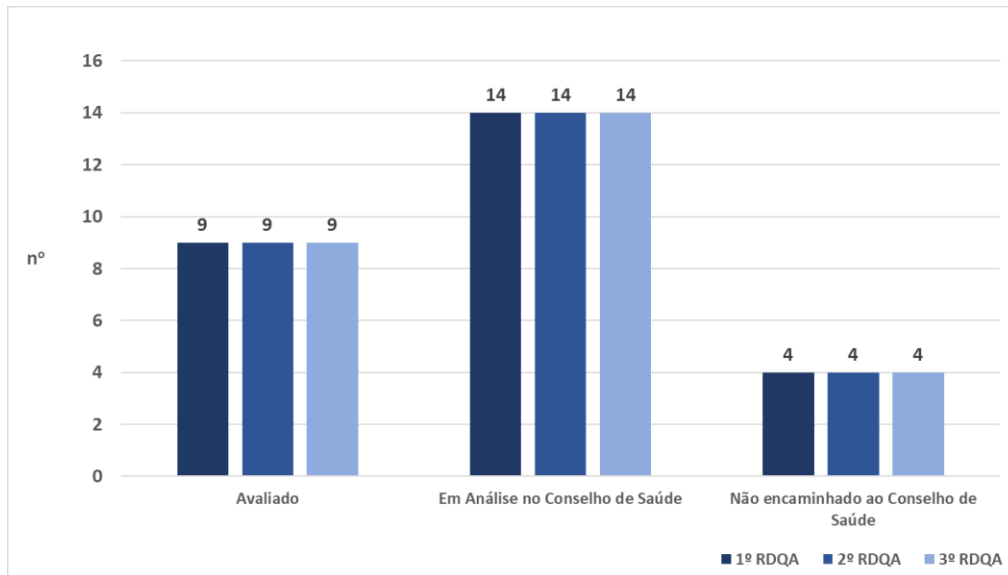
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	17	17	22	77,27
AL	2	0	44	46	102	45,10
AM	2	0	26	28	62	45,16
AP	0	0	13	13	16	81,25
BA	18	4	155	177	417	42,45
CE	4	2	60	66	184	35,87
ES	0	0	19	19	78	24,36
GO	8	1	49	58	246	23,58
MA	7	2	115	124	217	57,14
MG	23	23	202	248	853	29,07
MS	0	0	17	17	79	21,52
MT	6	5	32	43	141	30,50
PA	3	1	84	88	144	61,11
PB	10	3	29	42	223	18,83
PE	6	2	33	41	184	22,28
PI	13	2	87	102	224	45,54
PR	5	2	69	76	399	19,05
RJ	2	6	33	41	92	44,57
RN	9	5	41	55	167	32,93
RO	0	0	18	18	52	34,62
RR	0	0	1	1	15	6,67
RS	5	1	18	24	497	4,83
SC	3	3	47	53	295	17,97
SE	1	2	18	21	75	28,00
SP	17	21	268	306	645	47,44
TO	5	2	10	17	139	12,23
BRASIL	149	87	1.505	1.741	5.568	31,27

Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

RDQA de 2021

Quatro unidades federativas não encaminharam os três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 36.

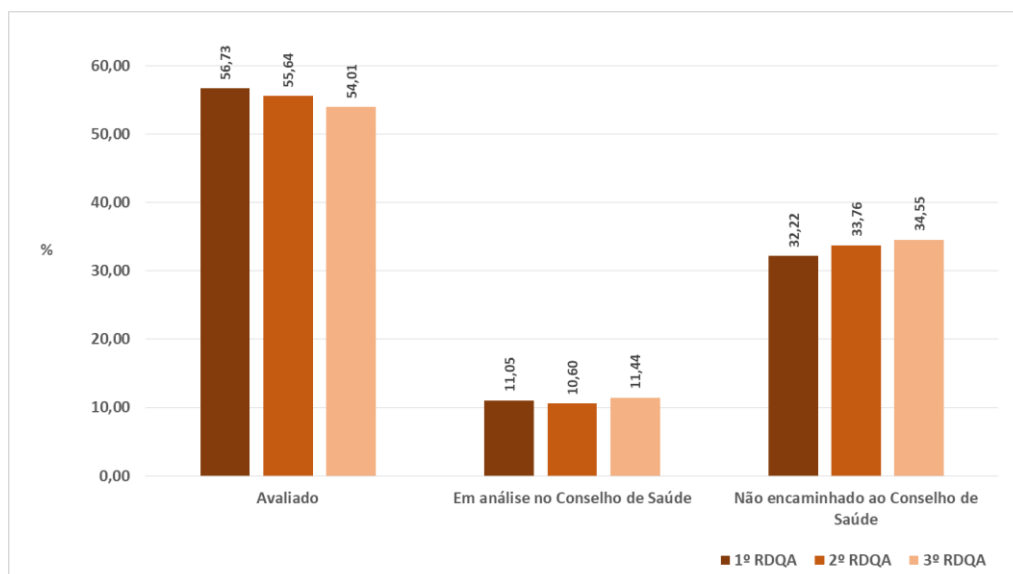
Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 66,49% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 33,51% estão pendentes. O gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

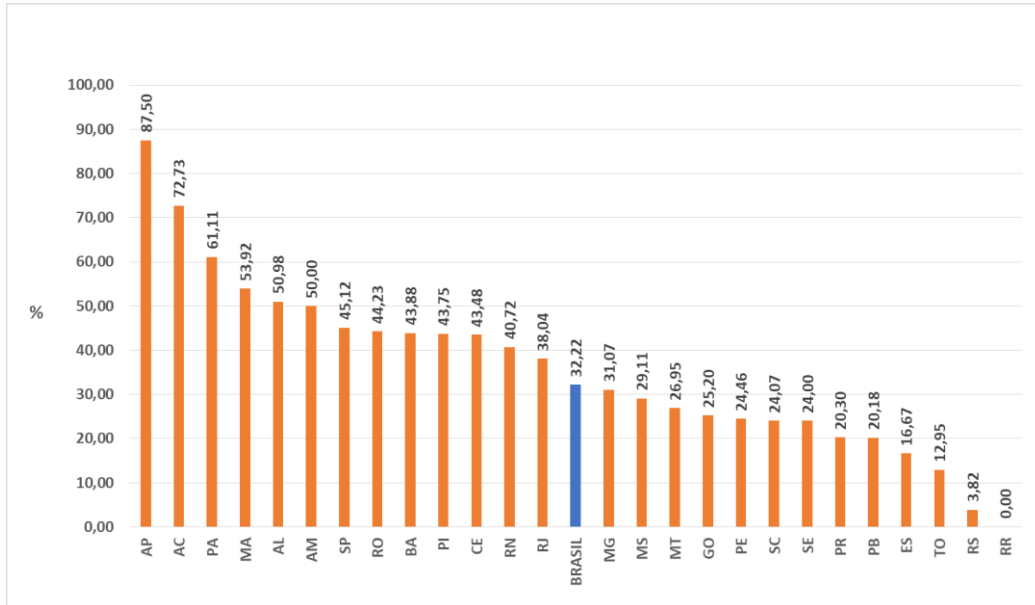
Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

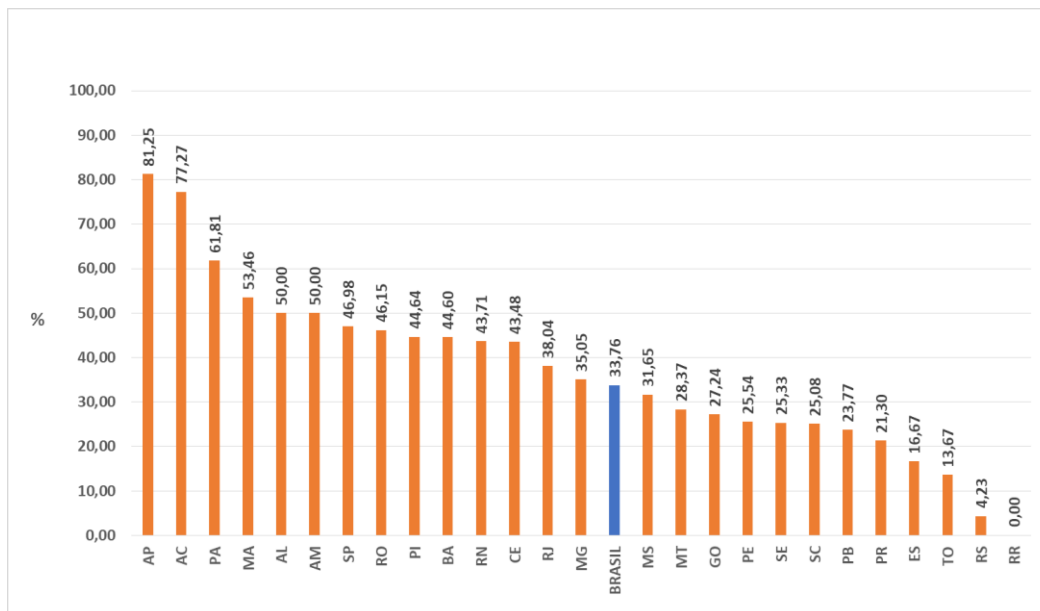
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação está no estado Amapá para os três quadrimestres (gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



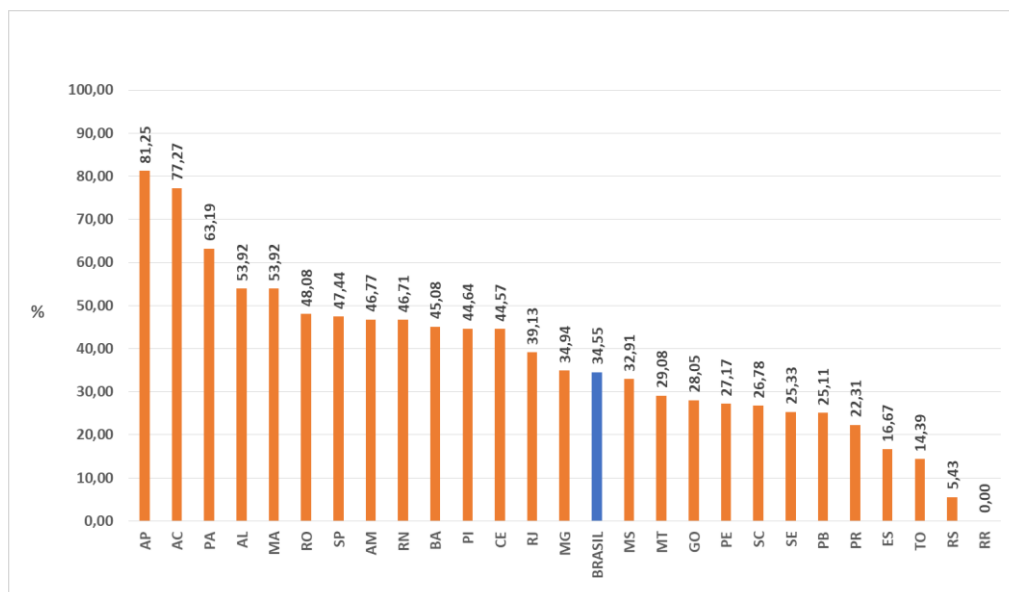
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.960 (35,20% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 1,95% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (1.999 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.771 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2021 (90,36% de todos municípios pendentes); 96 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2021 (4,90% de todos municípios pendentes) e 93 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2021 (4,74% de todos municípios pendentes). A tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

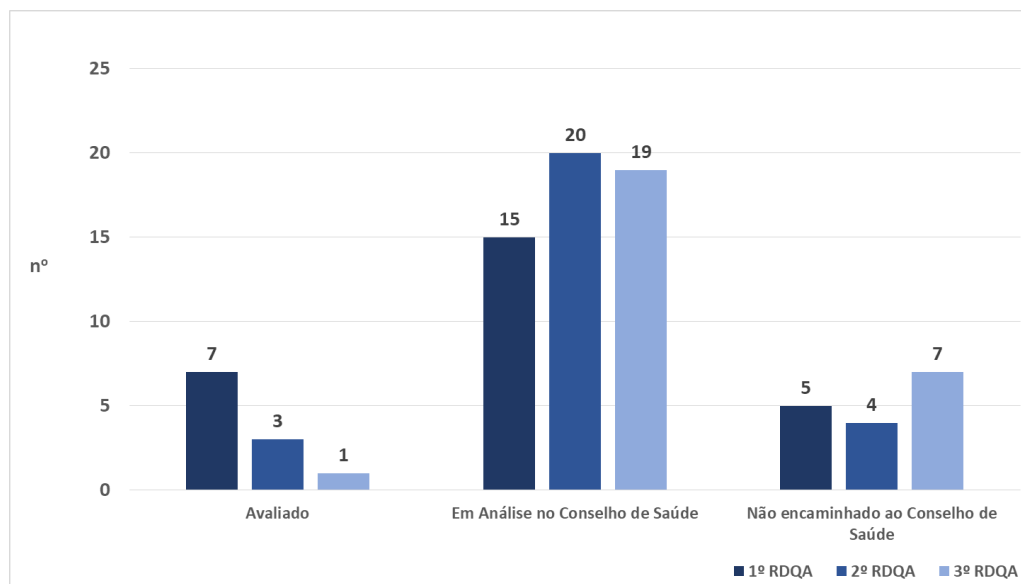
UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	16	17	22	77,27
AL	5	0	51	56	102	54,90
AM	2	1	29	32	62	51,61
AP	1	0	13	14	16	87,50
BA	4	2	183	189	417	45,32
CE	2	0	80	82	184	44,57
ES	0	0	13	13	78	16,67
GO	4	4	62	70	246	28,46
MA	2	3	114	119	217	54,84
MG	13	36	259	308	853	36,11
MS	1	2	23	26	79	32,91
MT	3	1	38	42	141	29,79
PA	2	1	88	91	144	63,19
PB	7	6	45	58	223	26,01
PE	3	2	45	50	184	27,17
PI	0	2	98	100	224	44,64
PR	11	2	80	93	399	23,31
RJ	3	2	33	38	92	41,30
RN	5	5	68	78	167	46,71
RO	1	1	23	25	52	48,08
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	8	4	17	29	497	5,84
SC	6	4	70	80	295	27,12
SE	0	1	18	19	75	25,33
SP	9	15	287	311	645	48,22
TO	1	1	18	20	139	14,39
BRASIL	93	96	1.771	1.960	5.568	35,20

Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

RDQA de 2022

Cinco e quatro unidades federativas ainda não encaminharam, respectivamente, o 1º e 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde e nove não o fizeram com relação ao 3º RDQA. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 41.

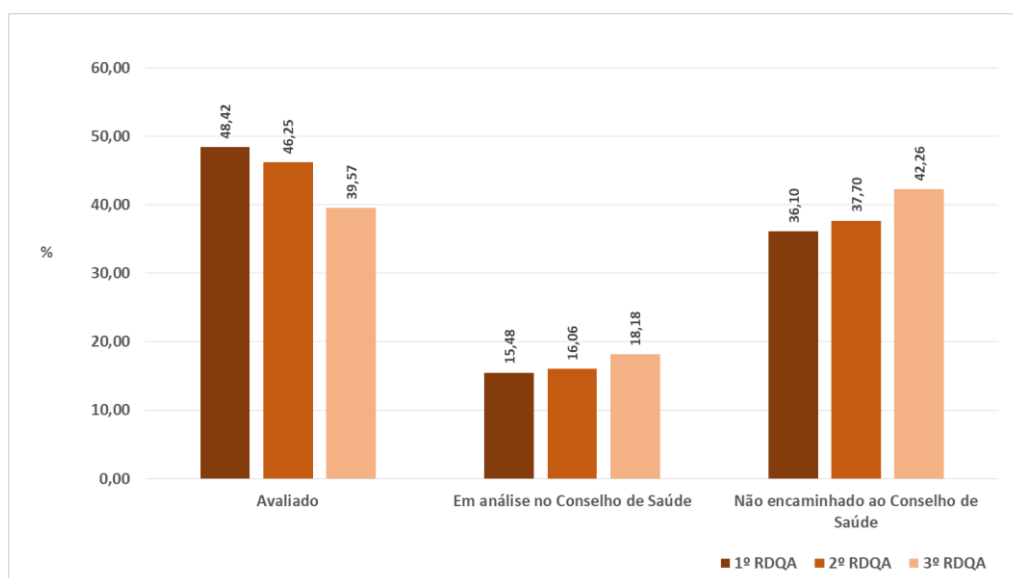
Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 61,31% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 38,69% estão pendentes. O gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

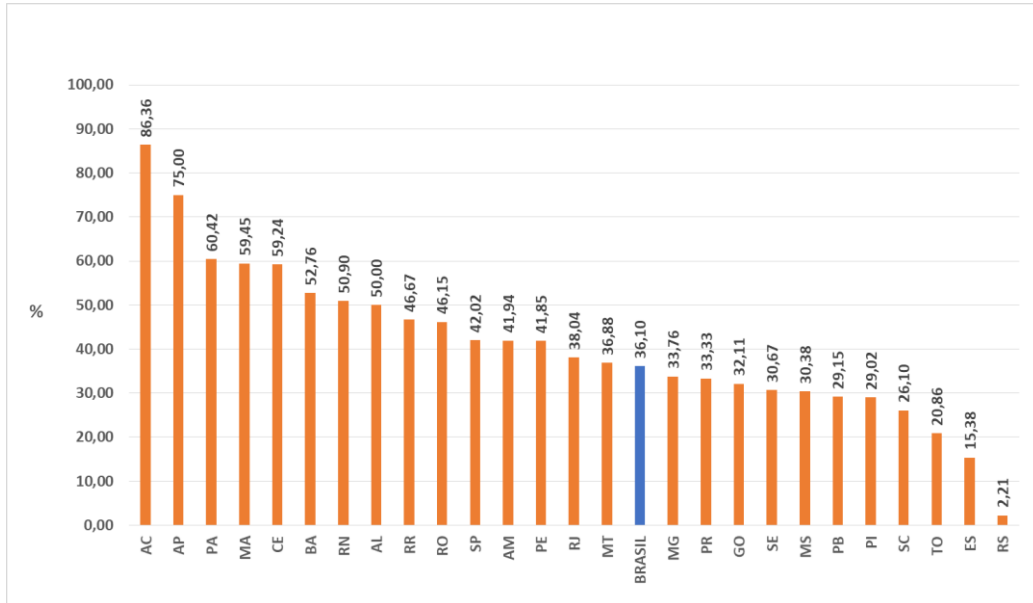
Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

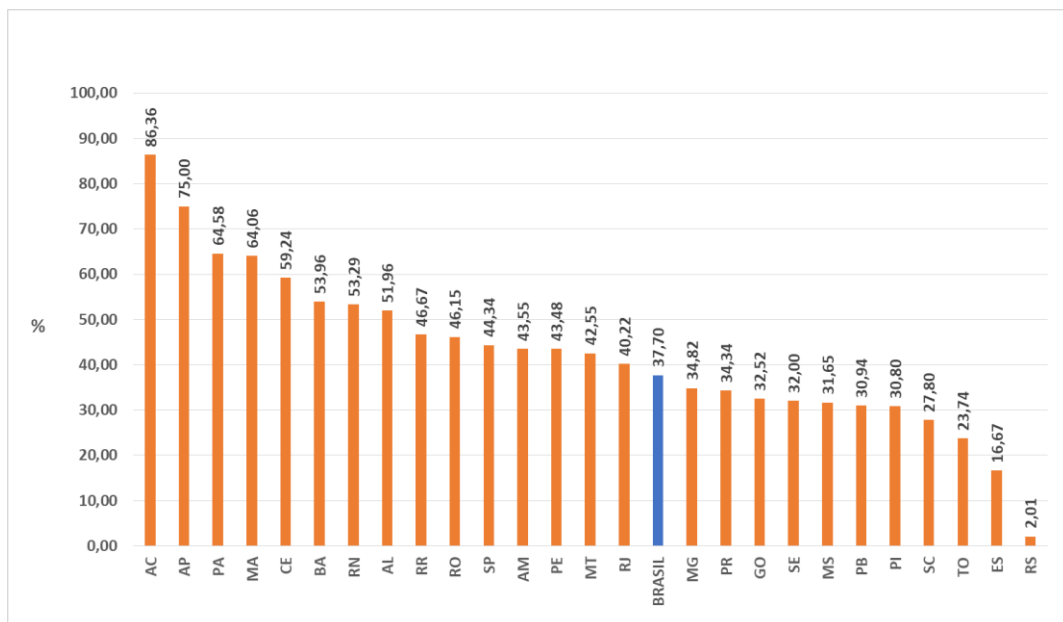
Na análise por cada estado, gráficos 43, 44 e 45, observaram-se no estado do Acre as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), nos três quadrimestres de 2022.

Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



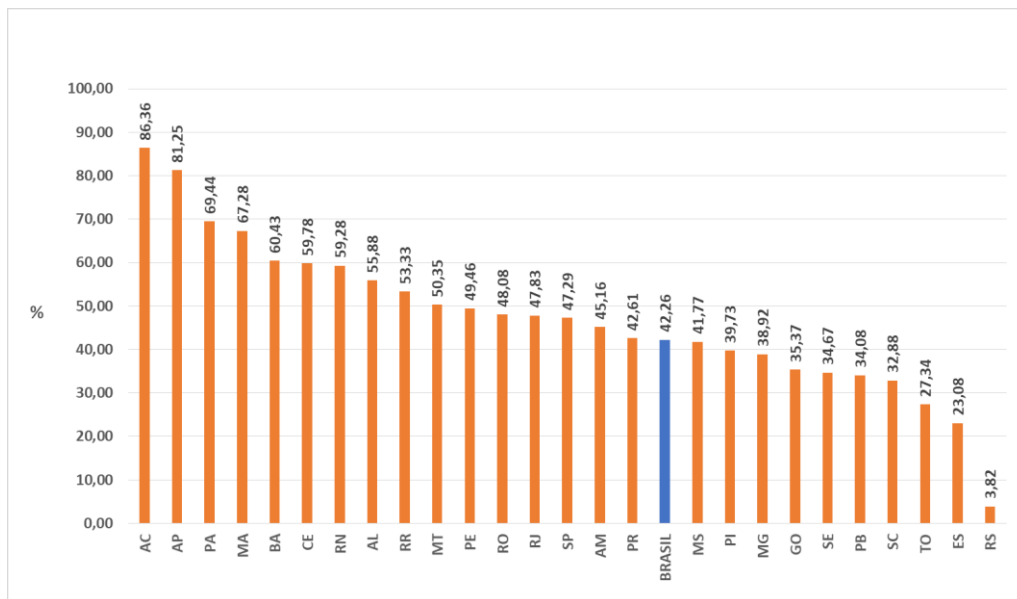
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminharam o 2º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminharam o 3º RDQA de 2022 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

Em relação municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 2.379 (42,73% de todos os municípios brasileiros), que representa uma decréscimo de 7,97% em relação à apuração realizada em 31/05/2023 (2.585 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.983 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2022 (83,35% de todos municípios pendentes); 117 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2022 (4,92% de todos municípios pendentes) e 279 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (11,73% de todos municípios pendentes). A tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências envio dos RDQA para avaliação no conselho de saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			Nº de municípios Com Pendência	Número total de municípios	% de municípios Com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	19	19	22	86,36
AL	4	2	51	57	102	55,88
AM	1	1	26	28	62	45,16
AP	1	0	12	13	16	81,25
BA	26	7	219	252	417	60,43
CE	2	1	108	111	184	60,33
ES	5	1	12	18	78	23,08
GO	9	3	77	89	246	36,18
MA	7	10	129	146	217	67,28
MG	49	17	278	344	853	40,33
MS	8	1	24	33	79	41,77
MT	13	7	52	72	141	51,06
PA	7	6	87	100	144	69,44
PB	8	5	64	77	223	34,53
PE	10	5	76	91	184	49,46
PI	19	6	64	89	224	39,73
PR	32	9	130	171	399	42,86
RJ	7	2	35	44	92	47,83
RN	14	2	85	101	167	60,48
RO	2	1	23	26	52	50,00
RR	1	0	7	8	15	53,33
RS	9	2	9	20	497	4,02
SC	16	6	76	98	295	33,22
SE	2	1	23	26	75	34,67
SP	22	18	268	308	645	47,75
TO	5	4	29	38	139	27,34
BRASIL	279	117	1.983	2.379	5.568	42,73

Fonte: DGMP - Dado coletado em 30/06/2023

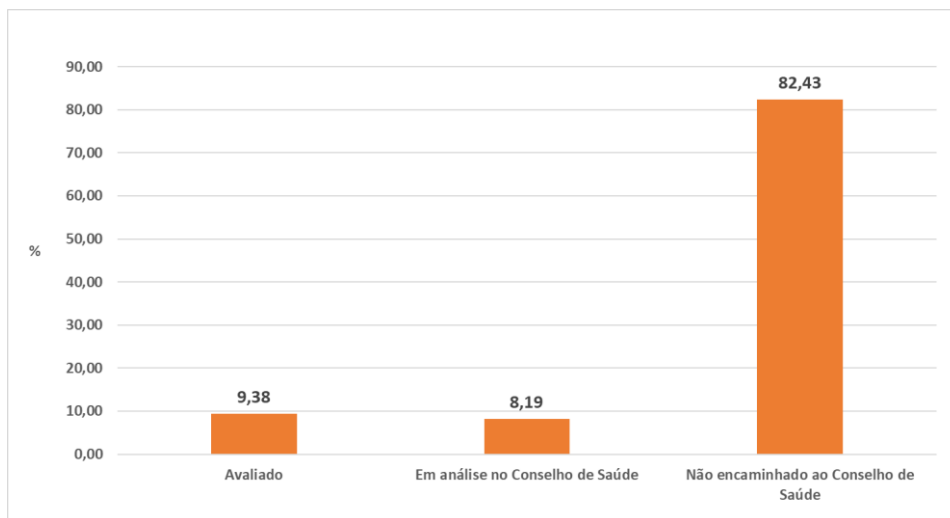
RDQA de 2023

Desde maio, esse boletim passou a apresentar a apuração de entrega do RDQA 2023, especificamente o primeiro quadrimestre, cujo prazo de entrega definido pela legislação é maio do ano em questão.

No tocante às unidades federativas, dez encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde e dezoito estavam pendentes.

Em relação aos municípios, cerca de 82% deles não encaminharam 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde (gráfico 46).

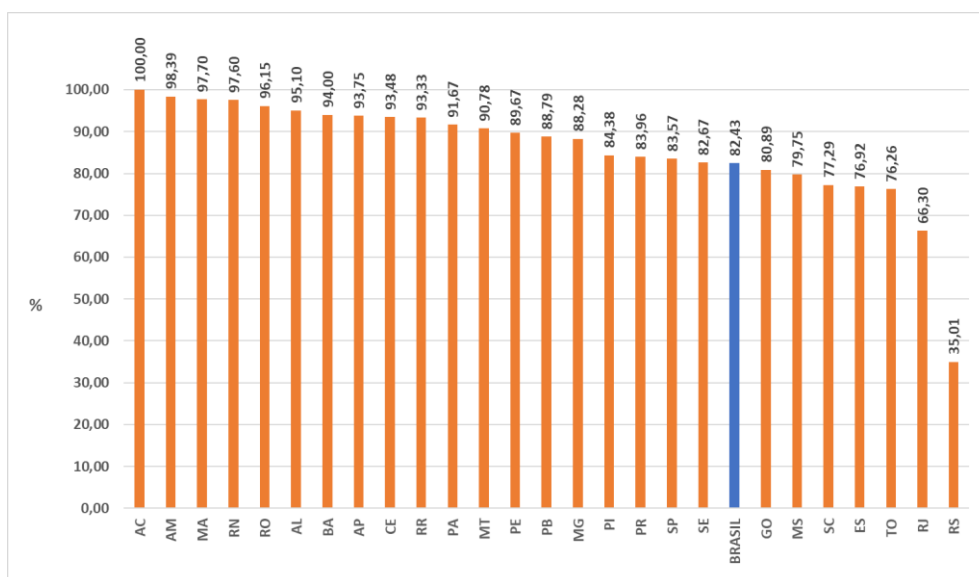
Gráfico 46 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

E o gráfico 47 demonstra a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

Gráfico 47 – Proporção de municípios que não encaminharam o 1º RDQA de 2023 para avaliação no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/06/2023

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.sau.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

